



ATA DA REUNIÃO Nº 050 (nº11/2015) DO
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 23 DE
NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE EVENTOS DO
HOTEL DEVILLE BUSINESS MARINGÁ, NA CIDADE DE
MARINGA-PR.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de eventos do Hotel Deville Business Maringá, sito a Avenida Herval, 26, Zona 1, na cidade de Maringá, realiza-se a Sessão Ordinária nº 050/2015 (11/2015), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira Assistente de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL VERRI JUNIOR, CARLOS HARDT, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, E RONALDO DUSCHENES**.
Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **ALESSANDRO FILLA ROSANELI, ANTÔNIO CARLOS ZANI, CARLOS DOMINGOS NIGRO, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, LUIZ BECHER, MARCOS BATISTA VERONEZ, MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES**.
Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos (as) e Urbanistas: **CRISTIANE BICALHO LACERDA, ENEIDA KUCHPIL, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, LUIZ EDUARDO BINI GOMES BINI DA SILVA, ORLANDO BUSARELLO E RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES**.
Estava presente na Sessão, o Conselheiro Federal do Paraná, Arquiteto e Urbanista **MANOEL DE OLIVEIRA FILHO**.
Presentes, também, nesta Sessão, os Agentes de Câmara Técnica Celso Saito e Stephanie Ribeiro Azevedo; e os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o Coordenador Jurídico, Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Assessor Financeiro, Nilto Roberto Cerioli; o Analista de Compras, Alex Sandro Monteiro; e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*, Andressa Fabiana de Oliveira.
III HINO NACIONAL: Após o Hino Nacional, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, inicia a plenária agradecendo a presença de todos os conselheiros, e agrade em especial a presença da Agente de Câmara Técnica a Arquiteta e Urbanista STEPHANIE RIBEIRO AZEVEDO, lembrando que recentemente ocorreu um encontro dos Agentes de Câmaras Técnica na Semana de Arquitetura realizada no mês de outubro, onde houve troca de experiências entre eles e uma aproximação maior dos integrantes; o Presidente aproveita e lembra que conforme informado neste encontro, por questão de contenção financeira, o CAU/PR não apresentou a programação de 2016 para os Agentes; porém, como se pretendia fazer encontros regionais; o CAU/PR agendou apenas, o encontro Estadual para o primeiro semestre, que esta programado para ocorrer no mês de março na cidade de Maringá; onde a



45 construção do tema “ Gestão Urbana e Políticas Publicas”, foi motivado pela participação do
46 terceiro Setor nessa Gestão Municipal; o Presidente ainda solicita ao Conselheiro Federal
47 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO e ao Conselheiro Anibal Verri, que, na medida do possível,
48 contribuam com a organização deste encontro, conduzindo os Agentes na perspectiva de
49 conscientização, inclusão social e exercício da cidadania dos arquitetos nessas gestões.
50 Prosseguindo, o Presidente comenta aos Conselheiros sobre a informação já confirmada por
51 algumas fontes, que o Presidente do CONFEA foi destituído de seu cargo por meio de uma
52 liminar judicial, e comenta que: “De longa data se comenta, principalmente em Brasília, que o
53 ex-presidente do CREA São Paulo e atual presidente do CONFEA tinha vários processos contra
54 ele e ao que parece, alguns desses processos estão avançando. Não estou com isso
55 tripudiando. O meu registro aqui nesta plenária é no sentido de que esta cassação de
56 mandato, mesmo que sob a forma de liminar, não tenham dúvida de que pode respingar nos
57 outros Conselhos profissionais. Temos basicamente a mesma definição - autarquias especiais
58 - cada um com a sua lei própria, mas perante a sociedade, perante o Estado, é um Conselho
59 profissional dentre os 16 ou 18 existentes, que está com seu presidente caçado por
60 improbidades, sejam administrativas ou financeiras. Então, logo isso vai ser notícia e nós
61 temos então que estar preparados para isso. Coincidentemente, os colegas vão lembrar
62 desde o ano passado por um acórdão os TCUs e o TCU nacional estão também com atribuição
63 de fiscalizar os Conselhos. Juntando essas duas coisas eu posso deduzir que o TCU pode olhar
64 os Conselhos com outros olhos a partir de agora. Se nós já tínhamos há tempos nossos
65 controles internos, nossas contas aprovadas, nossos procedimentos administrativos
66 absolutamente rígidos aqui no Paraná, eu acho que nós temos que nos preparar para talvez
67 um enrijecimento melhor, algum controle externo, eu não sei; alguma coisa que seja na ótica
68 de nos antecipar a situações que podem acontecer. Aqui fica este relato como uma
69 perspectiva”. Com o intuito de antecipar qualquer situação fora dos padrões, o Conselheiro
70 Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA sugere uma auditoria mensal, não somente anual como já
71 acontece. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que o CAU/PR passa por duas
72 auditorias, sendo uma a auditoria nacional, que é prevista em lei, que o CAU BR contrata e
73 faz isso com os estados, e a outra que é contratada pelo próprio CAU/PR para antecipação de
74 qualquer anormalidade, inclusive lembra que no começo da criação do CAU, esta auditoria
75 foi utilizada para nos orientar quanto a forma de realizar a prestação de contas. Aceitando a
76 sugestão feita pelo Conselheiro, o presidente solicita ao Gerente Geral do CAU/PR, o Sr.
77 NILTO ROBERTO CERIOLI; e ao Analista de Compras, o Sr. ALEX SANDRO MONTEIRO, que
78 verifiquem sobre a possibilidade de contratação do serviço de auditoria para que se possa
79 aprimorar o controle, dando mais tranquilidade, à mesa e á todos; ficando o Gerente Geral
80 do CAU/PR responsável por esta orientação. Voltando ao assunto referente a destituição de
81 cargo do Presidente do CONFEA, o Sr. José Tadeu da Silva, o Presidente JEFERSON DANTAS
82 NAVOLAR pergunta a Assessora Jurídica do CAU/PR, a Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA
83 DUDEQUE se a mesma teria alguma informação referente a este assunto; a assessora informa
84 que embora não tenha novas informações, ao que consta se trata de questões de
85 improbidade administrativa, questões financeiras, e também sobre a denúncia de possível
86 fraude na eleição interna do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. O Conselheiro
87 Titular RONALDO DUSCHENES manifesta-se observando que uma auditoria mensal seria
88 muito custosa, e acredita que uma auditoria trimestral ou semestral já poderia ajudar a



89 identificar as principais vulnerabilidades que o Conselho possa ter. O Conselheiro Titular IRÃ
90 JOSÉ TABORDA DUDEQUE concorda com a observação do Conselheiro e complementa que
91 no momento que supõe uma auditoria mensal, mal terminaria uma e começaria outra no dia
92 seguinte, podendo até uma se sobrepor a outra. Perante as novas manifestações, o
93 Presidente pergunta se é possível manter a perspectiva de um controle externo mais
94 aprofundado; o Conselheiro LEANDRO TEIXEIRA COSTA coloca que quando disse “mensal” se
95 referiu em relação a uma prevenção, uma orientação, para que o CAU/PR tenha mais
96 segurança. Encerrando o assunto, o Presidente reforça então ao Gerente Geral a
97 responsabilidade do Dando andamento, o Presidente prossegue com o conteúdo da pauta.-.-.

98 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada a Ata correspondente a
99 Sessão Ordinária nº 049 (10/2015) de 26/10/2015; com abstenção do Conselheiro Titular
100 CARLOS HARDT devido sua ausência na Plenária por estar participando do IV Fórum de
101 Coordenadores dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Paraná.....

102 **V PAUTA:** Colocada em votação, após algumas correções de forma e inclusões pontuais, foi
103 aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 050, decima primeira Reunião
104 Ordinária de 2015 do CAU-PR, com Extra pauta.

105 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:**

106 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,
107 03 (três) são oriundas do CAU/BR destinados à Presidência do CAU/PR; 02 (dois) de
108 remetentes diversos destinados à Presidência do CAU/PR, não há (zero) expedição de ofícios
109 enviado ao setor de Fiscalização; os setores: Jurídico; Comunicação; Financeiro; e
110 Atendimento não apresentaram listagem.....

111 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,
112 02 (dois) ofícios enviado à presidência ao CAU/BR; 02 (dois) são oriundos da Presidência a
113 remetentes diversos; 08 (oito) foram remetidos pelo setor de Fiscalização; 72 (setenta e
114 dois) foram encaminhados pela Assessoria Jurídica; 04 (quatro) expedidas pela Assessoria de
115 Comunicação, não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de Atendimento; e Setor
116 Financeiro.....

117 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**

118 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no
119 período da manhã, entre nove e doze horas.....

120 **VIII ORDEM DO DIA:**

121 **1 Palavra do Presidente: Relato reunião no Itamaraty COP 21 e participação evento**
122 **específico arquitetos, organizado pela UIA (Via FPA); Reunião CPP em Curitiba; NOVAS**
123 **NOTIFICAÇÕES do CREA-PR (Pato Branco); iniciativas efetivadas em relação à sede própria;**
124 **Destituição Judicial do Presidente do CONFEA.....**

125 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relata sobre a formalização, por parte do
126 Itamaraty do Brasil para que a comitiva do CAU/PR esteja presente no evento COP 21; foram
127 confirmados os quatro integrantes desta comitiva, que são os conselheiros: LUIZ EDUARDO
128 BINI GOMES DA SILVA, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, MILTON CARLOS ZANELATTO
129 GONÇALVES e o Presente JEFERSON DANTAS NAVOLAR. É comunicado que a UIA (União
130 Internacional dos Arquitetos) e a FPA (Federação Panamericana das Associações de
131 Arquiteto) pretendem reunir a pauta dos arquitetos de outros países, e realizar uma reunião
132 fechada para a discussão desta pauta; e que o nome dos Conselheiros representantes do



133 CAU/PR já consta na listagem para a participação desta reunião. O Presidente informa que foi
134 realizada uma reunião preliminar pelo Itamaraty com os principais delegados; sendo que
135 nesta reunião o CAU/PR foi representado pelo Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI
136 GOMES DA SILVA, que pautou as questões dos arquitetos, trazendo para conhecimento da
137 comitiva o resumo do texto oficial e a proposta do Brasil à COP 21. O Presidente avalia que é
138 nítida a ausência do debate das cidades, da responsabilidade das cidades e da cadeia
139 produtiva da produção civil neste texto; e complementa: “Tenho certeza que teremos muito
140 trabalho. Essa ausência quase que total de problemas urbanos e de metas em relação à
141 diminuição de poluições urbanas. Teremos muito trabalho, aqui no texto é mais do que
142 revelado e é o texto oficial do Itamaraty. Estamos atrasados em relação a isso, mas apostos
143 para contribuir”. Para concluir seu relato, o Presidente comenta a respeito das atitudes dos
144 fiscais do CREA/PR, em relação à fiscalização dos arquitetos; que estão acontecendo de
145 forma turbulenta e exagerada, e comunica que está no aguardo da cópia de uma notificação
146 do qual teve conhecimento, para apresentar aos Conselheiros e assim o CAU/PR elaborar
147 uma manifestação formal, e encaminhar ao CREA/PR demonstrando sua indignação em
148 relação à essa desproporcionalidade truculenta que tem acontecido por parte de alguns
149 fiscais do CREA/PR. Dando sequência a pauta segue aos relatos das Comissões.-----

150 **2 Relato das Comissões.-----**

151 **2.1 Relato da Comissão de Ética e Disciplina - CED -----**

152 Com a Ata da Comissão exibida na tela (ANEXO I), o Coordenador da CED, LEANDRO TEIXEIRA
153 COSTA inicia com um breve relato do andamento dos processos que passam por análise
154 desta Comissão. Denúncia nº 6362/2015 referente ao processo eleitoral para o CAU/PR, que
155 esta aguardando o encaminhamento das manifestações dos denunciados ao denunciante,
156 sendo informado pelo Coordenador a ocorrência de problemas nas impressoras do Conselho
157 que dificultaram a fotocópia integral das manifestações, porém, o Assessor da CED, o
158 Coordenador do Jurídico, Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS informa que os problemas com as
159 impressoras foram solucionados. Retomando, o Coordenador da CED informa que o Processo
160 nº 3398/2014 aguarda o retorno da parte denunciante. Do Processo nº 2495/2015 serão
161 enviados na sequência cópias de sua documentação à parte denunciante. O Processo nº
162 3336/2014 como solicitado na Plenária anterior, elaboração de diligência para entrega de
163 correspondência, portanto, a notificação foi entregue em mãos do proprietário da empresa e
164 assim, constatado erro no cadastro da numeração do endereço. Outro item da pauta
165 questionado foi em relação ao sorteio de projetos apresentado na Plenária de outubro,
166 elaborada tentativa de contato com a profissional sem sucesso, desta forma o Departamento
167 Jurídico elaborou um ofício de notificação informando a discussão do caso e informando a
168 possível violação ao código de ética do CAU. O Processo nº:1000010930/2014 foi sugerido o
169 pré-agendamento da data de audiência de instrução para um dia depois da realização da
170 Plenária de janeiro de 2016; assim o Coordenador da CED, efetua o convite para a
171 participação da Comissão de Exercício Profissional. Dando sequência, é colocando para
172 votação o arquivamento de 43 (quarenta e três) processos oriundos do CREA/PR (ANEXO II),
173 que pela falta de manifestação das partes, impossibilita a continuidade, deste modo,
174 sugerido o voto de arquivamento, que na sequência, colocado em votação, foi aprovado por
175 unanimidade pela plenária. O Coordenador LEANDRO TEIXEIRA COSTA relata a
176 admissibilidade do Processo nº 2011/35317 designado como relator o Conselheiro Titular



177 ANÍBAL VERRI JÚNIOR que determinou que fosse marcada a data da audiência de instrução
178 para um dia antes ou depois, da realização da Reunião Plenária de fevereiro de 2016,
179 aguardando a aprovação do calendário referente ao próximo ano. Também foi discutido o
180 assunto dos Núcleos de Decoração e reserva técnica, e a Comissão chega ao entendimento
181 que devido aos Seminários Regionais que a CED veem participando no CAU/BR, constataram
182 que por mais que o assunto esteja sendo tratados em nível Nacional, os demais estados
183 organizam ações paralelas, e complementa: “Com isso nós entendemos que seria
184 interessante que o CAU PR fizesse um informativo aos Núcleos, porque nós não poderíamos
185 agir contra o Núcleo; ele pode premiar quem ele quiser, o problema está em quem recebe,
186 são os arquitetos que, aí sim, acabam interferindo no nosso processo todo”, portanto, a
187 Comissão sugere a contratação de uma consultoria de marketing para passar uma posição a
188 esses núcleos de forma a chegar ao objetivo final, que é o arquiteto que vai receber o
189 prêmio, esclarecendo a irregularidade da premiação de reconhecimento do profissional
190 Arquiteto e Urbanista. O Conselheiro titular RONALDO DUSCHENES comenta que a Comissão
191 tem elaborado várias discussões e concordam que é necessário mais esse esclarecimento à
192 sociedade, e expor o significado do Código de Ética e as atribuições do Arquiteto Urbanista;
193 verificando a necessidade que a CED enfrenta quanto disciplinar os Arquitetos a cumprirem a
194 lei. O Conselheiro cita o item 3.2.16 da Resolução 52 do CAU/BR que: *“O arquiteto e
195 urbanista deve recusar-se a receber, sob qualquer pretexto, qualquer honorário, provento,
196 remuneração, comissão, gratificação, vantagem, retribuição ou presente de qualquer
197 natureza – seja na forma de consultoria, produto, mercadoria ou mão de obra – oferecidos
198 pelos fornecedores de insumos de seus contratantes, conforme o que determina o inciso VI do
199 art. 18 da Lei nº 12.378, de 2010.”* E considerando ainda o que determina o inciso VI do
200 artigo 18 da lei 12378 “constitui infrações disciplinares locupletar-se ilicitamente por
201 qualquer meio às custas do cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros”. A Comissão
202 sugere ainda levar o assunto para discussão ao CAU/BR; relatando também que, a Comissão
203 de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, promoveu no dia nove de
204 novembro, a Audiência Pública sobre o projeto de lei 97 2015 que dispõe sobre a
205 regulamentação do exercício da profissão de Designer de Interiores e Ambientes. A reunião
206 presidida pelo Senador PAULO PAIM (PT RS), reuniu representantes do Governo Federal, dos
207 designers de interiores e dos Arquitetos, entre eles o presidente do CAU/BR, HAROLDO
208 PINHEIRO que ressaltou que o CAU não é contra o projeto de lei, e se colocou à disposição
209 para ajudar os designers de interiores a organizarem sua profissão, mas ressaltou a
210 importância de separar as atividades privadas da arquitetura e urbanismo daquelas
211 realizadas pelos designers de interiores dentro de uma discussão estritamente técnica; pois o
212 CAU não pretende fazer uma reserva de mercado, mas defender a sociedade das más
213 práticas. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES, lembra que naquela audiência, em
214 certo momento o advogado da Associação Brasileira de Designers de Interiores, afirmou que
215 o interesse do projeto de lei é somente garantir a atividade dos Profissionais sem estabelecer
216 fiscalização, e também, no recebimento de comissões ou bonificações de produtos, a
217 chamada reserva técnica. No entanto, o Presidente HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
218 não se pronunciou sobre a informação, sendo assim, o Conselheiro sugere o envio de uma
219 correspondência ressaltando a importância do Presidente do CAU/BR ter perdido a
220 oportunidade perante o Senado Federal para manifestar-se. Sugere que seja aceita a ideia



221 pela Plenária e que a Comissão prepare esse documento para aprovação na próxima Reunião
222 Ordinária do mês seguinte. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE comenta a
223 questão que o CAU tem sido acusado por esses profissionais de estar eventualmente fazendo
224 aquilo que o CONFEA fez contra a criação do CAU, e nesse caso coloca seu voto de confiança
225 ao presidente HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ que no fundo a afirmação genérica, o
226 Conselho trabalha em prol da sociedade. Na sequência o Conselheiro Federal MANOEL DE
227 OLIVEIRA FILHO expõe a preocupação que foi colocada em plenária é a maneira que estava
228 sendo criado essa nova profissão e quem iria fiscalizar essa profissão, e comenta que esses
229 profissionais, da maneira que estão exercendo, eles estavam querendo ter interferências em
230 demolições e em reformas de apartamentos ou de construção, poderiam contratar o serviço,
231 verificar o local e trocar uma parede, e ainda, mexer na parte estrutural, e afirma que em
232 momento algum o CAU é contra a criação de outro conselho ou da profissão, mas desde que
233 tenhamos uma garantia para sociedade, um mecanismo de eles serem fiscalizados, o
234 Presidente HAROLDO PINHEIRO esteve presente para que essas precauções fossem tomadas.
235 O Conselheiro NESTOR DALMINA relata que não é possível se colocar contra a criação de uma
236 entidade de Designers, o que não pode ser aceito é que esses profissionais elaborarem a
237 Reserva Técnica. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, solicita a Assessora Jurídica do
238 CAU/PR, Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE que comenta sobre a participação do
239 Jurídico, em um encontro promovido de todos os CAUs e seus Assessores, na Cidade de
240 Brasília. A ASSESSORA comenta sobre a apresentação da Presidente VERA MARIA CARNEIRO
241 DE ARAÚJO do CAU/MG, que falou sobre o entendimento de que *“leigo é qualquer pessoa*
242 *que não seja Arquiteto”*, assim iniciou o debate, pois alguns Assessores Jurídicos não
243 entendem desta forma; pois entende que leigo é apenas o formado não arquiteto que seria
244 apenas o engenheiro civil e o designer, e que todo o resto não daria para o CAU atuar com
245 leigo, porque segundo o entendimento é que o design e o engenheiro civil tem quase a
246 mesma formação do arquiteto, mas não são arquitetos, então eles são leigos; e chegaram à
247 conclusão que todos os CAUs deveriam atuar os leigos até que a justiça diga que esta
248 atuação está errada, porém, ficou sugerido em agir dessa forma, porque a lei informa que o
249 Conselho prevê defender a sociedade do mal profissional, ou dos não conhecedores da
250 profissão, e finaliza informando que o CAU/BR ficou de fazer um relato orientativo com essa
251 determinação, no entanto, há uma determinação da justiça proibindo está prática. O
252 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugere a ampliação desta discussão. O Conselheiro
253 RONALDO DUSCHENES comenta que em sua opinião a questão das Associações de lojistas em
254 tese são leigos, e menciona que não deveria dar tanta importância aos Núcleos e sim
255 diretamente aos profissionais; atuando inicialmente na sociedade e após com os lojistas. O
256 Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA acredita que muitos Arquitetos e Urbanistas
257 não veem o fato de receber a porcentagem em dinheiro da reserva técnica de forma errada;
258 e que em seu posicionamento deixaria como sugestão de incentivo, um sorteio ou melhor
259 ainda, por meritocracia, e que o CAU deve aproximar-se dos profissionais por meio dos
260 Núcleos e orientá-los. A Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE completa
261 que o Arquiteto pode ser passível de processo ético, e esta responsabilidade não cabe aos
262 Núcleos. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE relata sua participação em uma
263 reunião que estavam presentes, entidades, lojistas, núcleos e arquitetos, e um lojista
264 comentou: "nós não inventamos a reserva técnica, quem inventou foram os arquitetos, nós



265 apenas como lojistas demos vazão a isso", então quando se comenta sobre Reserva Técnica
266 refere-se de certa forma a uma maneira de processo de corrupção do profissional. No
267 momento, o Presidente ressalta que, não esquecendo que o CAU/PR, com apenas 3 anos e 11
268 meses de existência já se manifestou publicamente, seja para construção do texto, como
269 fruto de várias reuniões no decorrer do primeiro mandato. Lembra que só no Paraná, foram
270 publicados e distribuídos gratuitamente quase 20 mil exemplares do Código de Ética do
271 Arquiteto Urbanista. O Conselheiro MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES manifesta-se
272 relatando que verificou uma matéria no site do CAU/BR informando que o novo código penal
273 prevê punir corrupção entre particulares, não só corrupção de arquitetos, mas uma prática
274 entre outros setores, como por exemplo, indústria farmacêutica que pratica com os médicos,
275 cita ainda, aqueles escândalos das próteses que foram divulgados na medicina, não é uma
276 exclusividade apenas de pessoas de má fé que fazem arquitetura, e sim uma prática de
277 pessoas de má fé. O Conselheiro LEANDRO TEIXEIRA COSTA retoma a pauta após longa
278 discussão sobre o assunto, e assim, passa para o tema seguinte que foi a participação no
279 Quarto Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, realizado em Belém,
280 citando que foram feitas considerações importantes em relação ao Núcleos, ainda, que o
281 Ministério Público firmou um "termo" baseado no Código de Ética que é passível de punição
282 toda e qualquer ação elaborada entre o Arquiteto e o Lojista, como relato de corrupção. E
283 por último destaca que nos dias 26 e 27 de novembro haverá o quinto Seminário Regional da
284 Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR em Florianópolis (ANEXO III) com as confirmações
285 de presença do Conselheiro LEANDRO TEIXEIRA COSTA, Conselheiro RONALDO DUSCHENES e
286 Assessoria jurídica. Assim como, nos dias 9, 10 e 11 o SEXTO SEMINÁRIO (ANEXO IV) na
287 Cidade de Brasília, e em paralelo o da Assessoria Jurídica, confirmados os mesmos
288 participantes. O Coordenador finaliza o relato da Comissão, e na ocasião o Presidente
289 agradece pelo relato e da sequência na pauta solicitando relato da Comissão seguinte.-----

290 **2.2 Relato da Comissão de Ensino e Formação - CEF.**-----

291 Com a ata (ANEXO V) em tela, o Conselheiro Titular e Coordenador CARLOS HARDT, inicia
292 falando a respeito da realização do IV FÓRUM de Coordenadores de Cursos de Arquitetura e
293 Urbanismo do Paraná, realizado no dia 26 de outubro deste ano, o conselheiro informa que
294 pelos comentários ouvidos durante o evento e pós evento pelos participantes, faz uma
295 avaliação comprovando que o evento foi muito positivo, pois os Coordenadores presentes
296 efetivamente se sentiram prestigiados, ouvidos, e informados das questões que estão
297 acontecendo no país. Estiveram presentes 28 (vinte e oito) professores representando 24
298 (vinte e quatro) dos 31 (trinta e um) cursos de arquitetura que existem no Paraná; recebendo
299 também uma informação extraoficial de que hoje em Curitiba existem 5 cursos de
300 Arquitetura, mas que para o ano de 2016 está previsto 10 cursos. O conselheiro informa que
301 além dos Coordenadores estiveram presentes os arquitetos urbanistas WILSON RIBEIRO DOS
302 SANTOS JUNIOR, a representante da CEF nacional, arquiteta e urbanista MARIA ELIZA
303 BATISTA (CAU/MG), além da presença dos conselheiros do CAU/PR ANDRÉ SELL, BRUNO
304 SOARES, CARLOS NIGRO E IRÃ DUDEQUE. O Conselheiro informa que na ocasião foi
305 preparada uma apresentação (ANEXO VI), e solicita que a mesma seja exibida em tela para
306 possa comentar os dados da tabulação parcial referente aos questionários que foram
307 respondidos por 16 (dezesesseis) dos 31 (trinta e um) cursos de arquitetura e urbanismo no
308 Paraná. Iniciada a apresentação o Conselheiro comenta que 80% (oitenta por cento) dos



309 cursos estavam representados neste IV FORUM, e que foram explicadas as diretrizes básicas
310 para a realização de dois encontros anuais e do motivo da existência de um questionário que
311 deve ser anualmente atualizado e que o mesmo não substitui o SICCAU que é um documento
312 formal necessário de ser preenchido, sendo o questionário um complementar para estas
313 informações e de caráter gerencial para subsidiar a gestão do CAU/PR e também a própria
314 Comissão. O Conselheiro apresenta o quadro de Estrutura Curricular, e chama a atenção para
315 a Instituição UNOPAR, que apresenta carga horária-relógio de 2432 (dois mil quatrocentos e
316 trinta e dois); sendo contra a legislação que exige o mínimo de 3600 (três mil e seiscentos)
317 carga horária-relógio; o Conselheiro acredita que esta informação deve ter um equívoco
318 quanto ao preenchimento, porém o Presidente solicita que de qualquer forma a informação
319 seja verificada. Prosseguindo com a apresentação, o Conselheiro comenta a respeito de
320 outros dados e tabelas como tabelas de Professores, Discentes e Estrutura. Finalizada a
321 apresentação, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT, informa que no IV FÓRUM também foi
322 realizada a eleição dos novos coordenadores; pois todo ano esses coordenadores são
323 renovados, sempre procurando ter um coordenador de cidades de interior e outro de
324 Curitiba. Seguindo a pauta, o coordenador da CEF CARLOS HARDT, fala sobre a análise feita
325 referente a um processo de solicitação de registro profissional de um estrangeiro formado
326 em arquitetura na Universidad Católica de Córdoba, o nome do profissional é FREDERICO
327 PIPA, e teve a sua revalidação apostilada junto à Universidade Federal do Paraná. Na análise
328 do processo, a Comissão não encontrou nenhum indicativo de impedimento para o
329 encaminhamento ao registro, salvo o pedido de confirmação da informação que está sendo
330 necessária para todos os tipos de processos como estes, visto terem sido identificados
331 documentos falsos, inclusive não só em Conselhos próximos como o CREA; e cita um exemplo
332 de um diploma falsificado de engenheiro que estava assinado com o nome do atual
333 presidente do CREA Paraná, que na época era coordenador de curso na PUC, mas que por
334 motivos de procedimentos internos os Coordenadores de curso não assinavam diploma,
335 ficando sem justificativa a assinatura e caracterizando fraude de documento; continuando, o
336 Coordenador informa que tendo em vista este procedimento, e considerando procedimentos
337 já realizados pela CEF sobre este tipo de encaminhamento, será elaborado um ofício a
338 Universidade que apresentou os documentos, solicitando a conformação à Comissão, para
339 que o processo seja remetido ao CAU/BR para que seja efetivado o registro profissional;
340 complementando que a CEF solicita para que todos os processos de pedido de registro de
341 diploma estrangeiro seja instruído de forma prévia com este pedido de confirmação junto a
342 instituição de ensino, para que o processo já esteja devidamente instrumentado, agilizando o
343 seu encaminhamento. Outro assunto discutido pela comissão foi a informação de uma série
344 de documentos relativos ao registro profissional de estrangeiros, mas agora específicos de
345 Portugal, que há um acordo com o Colégio de Arquitetos de Portugal de facilitar essa
346 tramitação; desta forma a Comissão recebeu um ofício circular (ANEXO VII) enviado pelo
347 CAU/BR, encaminhado a própria Deliberação (ANEXO VIII) e o formulário a ser preenchido
348 (ANEXO IX) para aqueles interessados que venham a solicitar o registro profissional
349 originários de Portugal; quanto ao preenchimento dos formulários faltantes, complementa
350 dizendo que: “a princípio tinha se pensado até de se fazê-lo durante a reunião do IV FÓRUM,
351 porém, ficou para 2016 tendo em vista o final do ano e não ter tido tempo hábil para se fazer
352 uma revisão da formulação do questionário”. Ficando aberto para questionamento, antes de



353 o Presidente passar a palavra, o mesmo informa que 07 (sete) presidentes de CAU/UF
354 solicitaram o envio do questionário, para que possam também aplicá-lo nos seus estados.
355 Com a palavra o Conselheiro Federal MANOEL DE OLIVEIRA FILHO comenta dizendo que em
356 suas participações na CRI (Comissão de Relações Internacionais), substituindo o Conselheiro
357 Federal Suplente, JOÃO SUPPLY, realmente há esse acordo com Portugal, e que a única
358 pendência é com relação à necessidade de documentação. Não havendo outras
359 manifestações, o Presidente solicita ao Coordenador que, caso ainda não esteja sendo
360 elaborado, que a CEF elabore atas específicas desses FÓRUNS, com pauta, lista de presença,
361 debates, sendo um documento consolidado, não muito extenso, que possa entrar nas
362 prestações de contas, devidos às convocações que são feitas de forma nominal, por CPF,
363 gerando um número grande de pessoas, para que possamos vinculá-los à atividade.
364 Encerrando, o Coordenador da CEF, CARLOS HARDT informa que existe um documento em
365 formato de memória, não em formato de ata e que a CEF evidentemente se propõe a fazer a
366 complementação solicitada.....

367 **2.3 Relato da Comissão de Organização e Administração - COA.....**

368 Considerando a ausência do Coordenador da Comissão BRUNO SOARES MARTINS, o relato é
369 feito pela Conselheira Titular MARGARETH MENEZES, que com a ata da COA (ANEXO X) em
370 tela, inicia falando a respeito de duas solicitações de convênios encaminhadas pela
371 Universidade Positivo (ANEXO XI) que oferece 10% (dez por cento) de desconto, e a outra a
372 Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (ANEXO XII) oferecendo 20% (vinte por
373 cento), conforme a Conselheira, a COA já havia solicitado em outras ocasiões, que os
374 descontos oferecidos fossem no mínimo 15% (quinze por cento), o que não está
375 acontecendo; visto a situação, a COA sugere que para as próximas propostas de convênio,
376 seja criado um formulário padrão, onde sejam informadas as devidas cláusulas necessárias
377 para firmar convênios; onde o próprio CAU determina o que é vantajoso. A conselheira
378 comenta que nesses dois casos apresentados, a COA pode até aprovar desta forma, mas que
379 para os próximos já venham neste contrato padrão para facilitar até mesmo a análise dos
380 mesmos. Observando que a Assessora Jurídica do CAU/PR, Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA
381 DUDEQUE, esta acompanhando e coordenando de uma forma geral as Comissões, o
382 Presidente solicita a mesma que comente de forma a elucidar estas solicitações; com a
383 palavra a Assessora Jurídica explica que esses dois convênios foram solicitados por duas
384 funcionárias do CAU, sendo a estagiária e a Advogada ambas do Setor Jurídico; os convênios
385 mencionados seriam com o CAU, porém abrangeria a qualquer arquiteto que fosse fazer
386 qualquer curso dentro das universidades, inclusive a Estácio, que no presente momento não
387 oferece, mas está previsto para o ano de 2017 o curso de arquitetura, no entanto se o
388 arquiteto quiser fazer o curso de administração, pelo fato dele ser arquiteto e estar em dia
389 com o Conselho ele receberia o desconto, ou caso seja um funcionário do CAU ou seu
390 dependente que queiram fazer algum curso, ambos também teriam o desconto. Nesse
391 momento os Conselheiros Titulares LEANDRO TEIXEIRA COSTA, ANÍBAL VERRI JUNIOR e IRÃ
392 JOSÉ TABORDA DUDEQUE, se manifestam contra a solicitação e lembram que este assunto já
393 foi discutido em plenárias passadas, e que os mesmos acreditam que não compete ao CAU
394 realizar este tipo de convênios. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT, informa que não está
395 sendo a favor ou contra a solicitação; porém pede que seja feita uma reflexão sobre o
396 assunto, deixando uma pergunta: Porque o CAU pode fazer convênios para plano de saúde, e



397 não pode fazer para educação? E complementa: “Acho que precisamos refletir muito bem o
398 que representaria dizer que não faremos mais convênios ou vamos fazer convênios com
399 todas as entidades que assim o permitirem. Acredito que precisamos tomar alguns cuidados.
400 Primeiro, precisamos resguardar a credibilidade do Conselho. O conselho não é uma
401 associação, associação é ABAP, é IAB, é ASBEA, isso é associação. Não somos sindicato, nós
402 somos um conselho profissional. Dentro, vamos dizer da abrangência das nossas atribuições,
403 acho que a gente deve refletir e verificar o que seria bom para arquitetura e urbanismo e aí
404 sim decidir por fazer ou não fazer o convênio”. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA,
405 lembra que nas plenárias passadas não ficou deliberado como se procederia com relação aos
406 convênios, por este motivo estes novos pedidos estão na plenária; neste momento o
407 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO complementa dizendo que nas discussões
408 passadas ficou claro que os Conselheiros achavam o desconto pouco, porém o que ficou
409 definido é que num primeiro momento se aceitaria esses valores, e depois no “futuro” se
410 renegociaria e tentaria valores superiores; a Conselheira Titular MARGARETH MENEZES
411 confirma o complemento dos conselheiros. O Conselheiro Suplente ALESSANDRO FILLA
412 ROSANELLI pergunta: “se nesses convênios o CAU tem algum custo?” “Existe alguma previsão
413 de que essas instituições usariam algum recurso do CAU como o site por exemplo? ”, “ os
414 convênios estão abertos a uma instituição que procura o CAU ou existe uma regra já definida
415 no próprio Conselho que já deixa claro as normas?”. O Presidente JEFERSON DANTAS
416 NAVOLAR responde dizendo que não nenhum custo para o CAU; ao que se refere a forma de
417 procura de convênios, o Presidente informa que essas solicitações chegam ao CAU, as vezes
418 via correio, ofício, e via pessoa física; e diz que algumas são trazidas a este plenário, as
419 demais são descartadas administrativamente por serem consideradas sem relevâncias aos
420 arquitetos e funcionários do CAU/PR e solicita a retirada de pauta para a elaboração de uma
421 MINUTA PADRÃO que deverá conter as condições para as possíveis assinaturas de convênios
422 e que está minuta, se possível, seja apresentada na próxima plenária. Em discussão alguns
423 Conselheiros levantam as questões de qualidade e preço, a valorização da profissão, a
424 valorização do Conselho; desta forma o presidente solicita que essas considerações sejam
425 levadas em conta na elaboração da minuta. O Presidente propõe que a Assessoria Jurídica
426 assessore a COA na construção dessa minuta. Dando continuidade na pauta, a Conselheira
427 Titular MARGARETH MENEZES passa a palavra para o Conselheiro Suplente CARLOS
428 DOMINGOS NIGRO para que o mesmo comente sobre os relatórios dos setores do CAU/PR.
429 Com a palavra o Conselheiro inicia seu relato, e em nome da COA dá boas-vindas a
430 colaboradora Andressa, que passa a assessorar e dar apoio a Comissão de Organização e
431 Administração. Referente ao assunto dos relatórios, comenta os relatórios apresentados,
432 independente do setor, solicitando qu todos os itens de análise passem a ser apresentados
433 também graficamente, o conselheiro apresentou a seguinte sugestão: uma representação
434 mês a mês que apresente o acumulado dos dados analisados, para que a análise dos mesmos
435 permita uma visão comparativa e evolutiva dos dados. O Presidente JEFERSON DANTAS
436 NAVOLAR, comenta sobre o relatório do setor de Atendimento (ANEXO XIII), destacando
437 sobre a variação na emissão de RRT no mês de novembro se comparado aos meses
438 anteriores; em seguida apresenta os demais dados do relatório. O Conselheiro Titular
439 NESTOR DALMINA, lembra referente ao 2º Seminário de Política Profissional do CAU/BR
440 realizada no dia 16 de novembro na cidade de Curitiba, e comenta sobre a apresentação



441 realizada pelo Agente de Fiscalização do CAU/PR, o arquiteto urbanista WALTER GUSTAVO
442 LINZMAYER, onde o mesmo fez uma apresentação sobre as “ferramentas” disponíveis no
443 sistema IGEO; o Conselheiro declara que: “eu fiquei impressionado, daria como sugestão que
444 na próxima reunião plenária ele faça a mesma apresentação para todos os Conselheiros. Até
445 para que o pessoal fique sabendo o que se passa ali administrativamente”. Na oportunidade
446 o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que o IGEO é a ferramenta prioritária
447 para o modo de fiscalização do Conselho, embora ainda seja pouco utilizada; e encaminha a
448 sugestão do Conselheiro NESTOR DALMINA. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS
449 NIGRO reforça a importância de se trabalhar com dados relacionados ao
450 Georeferenciamento, pois no conjunto de algumas informações é possível extrair dados que
451 colaborem em várias questões ligadas ao Conselho, como por exemplo informações que
452 podem chegar até a Ouvidoria e ajudar nas temáticas a serem estudadas para serem
453 encaminhadas para às Câmaras Técnicas, pois acredita-se que as temáticas deveriam ser
454 feitas a partir de demandas territoriais, de uma forma a contribuir com o exercício da
455 profissão de arquitetura e com a sociedade da região em geral. A Conselheira Titular
456 MARGARETH MENEZES retoma a palavra e solicita em tela o calendário de 2016 proposto
457 pela COA (ANEXO XIV), e pede para a Assessora Jurídica do CAU/PR explicar aos Conselheiros
458 o motivo da troca de datas para realização das plenárias. A Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA
459 DUDEQUE explica que pela lei trabalhista, o funcionário que tem deslocamento aos
460 domingos, ele tem que ter o descanso dentro da semana, ou seja ele faz um banco de horas,
461 mas o banco de horas tem que ser cumprido na semana, e usa como exemplo o
462 deslocamento dos funcionários para a presente plenária: “para o deslocamento de ontem
463 entre a espera no aeroporto e viagem deu 2 horas e 30 minutos, então essas horas o
464 funcionário terá que ou atrasar entrada no dia da semana em 2 horas e meia, ou sair essas
465 horas mais cedo no final da tarde. Ele não pode utilizar isso em banco de horas ao longo do
466 tempo”. Então essa é a solicitação da mudança de data; pois não teria como colocar estes
467 horários em banco de horas como ocorreria se o funcionário estivesse em trabalho no
468 sábado. O Presidente confirma que a COA tentando atender à solicitação da mesa propõem
469 que as próximas plenárias a acontecer em Curitiba permaneçam nas segunda e terça feira, e
470 que apenas as plenárias realizadas no interior passariam para quinta e sexta, não tirando os
471 funcionários do seu descanso familiar no domingo; pois os deslocamentos que acontecessem
472 na quinta feira não implicariam na exigência daquela lei trabalhista. A Conselheira Titular
473 MARGARETH MENEZES reforça a proposta da COA: “quando houver plenária no interior do
474 estado, se atentar também às necessidades da região, para que o Conselho possa do possível
475 participar de agenda e de eventos afins de maneira a contribuir com estas pautas regionais.
476 O Presidente argumenta que a proposta é correta, e lembra existe uma empresa contratada
477 para oferecer a infraestrutura das nossas plenárias e que os custos são menores se este
478 planejamento estiver bem definido. O Conselheiro Suplente ALESSANDRO FILLA ROSANELI
479 comenta sobre a preocupação da CPFi, pois a arrecadação esta caindo de forma considerável,
480 e considerando que uma plenária no interior tem um custo aproximado de 10 (dez) vezes a
481 mais do que uma plenária realizada em Curitiba, e visando um processo de economia, o
482 Conselheiro sugere uma análise das plenárias ocorridas no interior e uma redução de número
483 de vezes. O Presidente informa que, neste sentido, o número de plenárias no interior já foi
484 reduzido de 6 (seis) para 4 (quatro), e que levará em consideração a avaliação das cidades



485 que serão escolhidas. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT comenta rapidamente que fica
486 tranquilo com as preocupações que a CPFi tem referente aos gastos do Conselho, trazendo
487 esta análise e fazendo que os Conselheiros reflitam sobre isso, e acredita que isso demonstra
488 responsabilidade; e finaliza dizendo que: “um dos graves problemas da profissão de
489 arquitetura e urbanismo é a falta de conhecimento que a sociedade tem da atividade.
490 Portanto a inserção social desses trabalhos e dessas atividades tem um caráter não de gasto,
491 mas um caráter de investimento; e esse investimento tem que ser muito bem pensado em
492 formas alternativas que levam em conta, “crise econômica” que se vislumbra e que existe e
493 ao mesmo tempo faça cumprir, que o Conselho não jogue fora uma experiência que tem sido
494 exitosa naquilo que se propôs até agora, essa interiorização do CAU/PR. Acredito que como
495 tudo na vida precisa se repensar, temos que refletir se a forma que a gente tá fazendo é a
496 melhor, mas tem que continuar”. Com o calendário de plenária exposto na tela, os
497 Conselheiros debatem sobre as datas propostas, pois alguns conselheiros teriam dificuldades
498 para o comparecimento nas mesmas; mediante a esse fato o calendário foi reanalisado, e em
499 comum acordo foi estipulado novas datas para o calendário de plenárias para 2016, ficando
500 da seguinte forma: janeiro dia 25 em Curitiba, fevereiro dias 22 e 23 no interior, março dia 28
501 em Curitiba, abril dia 25 em Curitiba, maio dias 23 e 24 no Interior, junho dia 27 em Curitiba,
502 julho dia 25 em Curitiba, agosto dias 29 e 30 no Interior, setembro dia 26 em Curitiba,
503 outubro dia 24 em Curitiba, novembro dias 21 e 22 no Interior, e dezembro dia 12 em
504 Curitiba; as datas do calendário de 2016 foram corrigidas (ANEXO XV) e enviada por meio de
505 e-mail aos Conselheiros. Dando continuidade a pauta, a Conselheira Titular MARGARETH
506 MENEZES informa que no dia 14 de dezembro ocorrerá em Brasília a 15ª (decima quinta)
507 Reunião de Plenária Ampliada do CAU/BR, sendo sugerida a representação do CAU/PR pelo
508 Vice-Presidente IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, uma vez que a próxima plenária do CAU/PR
509 ocorrerá na mesma data. Referente ao último assunto da pauta da COA, sobre as maquetes
510 de parte do trabalho do Centenário do arquiteto JOÃO BATISTA VILANOVA ARTIGAS, que esta
511 no Museu Oscar Niemeyer – MON, o Vice-Presidente do CAU/PR levanta a possibilidade de
512 utilizar as maquetes pós-exposição, desta forma o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
513 solicita ao Assessor de Comunicação, o sr. ANTÔNIO CARLOS DOMINGUES DA SILVA que
514 ajude a entender como fica este processo; o Assessor de Comunicação comenta que em
515 conversa com a diretora do MON, a Sra. JULIANA VELLOZO ALMEIDA VOSNIKA, informou que
516 referente as maquetes, tem a possibilidade do CAU pedir a guarda das mesmas, o problema
517 seria a utilização, e que a ideia da diretora era que este material ficasse guardado para um
518 futuro museu Vilanova Artigas. Segundo o Assessor de Comunicação a ideia era que as
519 maquetes permanecessem no museu, pois não seriam destruídas, pois o museu já guarda
520 outros acervos de arquitetos e urbanistas. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA lembra
521 que existe uma ideia de usar o espaço da sede nova do CAU/PR para fazer um espaço de
522 exposição, sendo uma ideia futura, porém o Conselheiro gostaria que fosse considerada. O
523 Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, expressa sua preocupação quanto o
524 armazenamento e transporte das maquetes, pois como as mesmas são grandes qualquer
525 batida pode danificá-las, e se forem expostas nas cidades de interior, teriam que ser
526 transportadas com segurança, pois considera as maquetes a maior atração deste tipo de
527 exposição. Encerrado a Pauta da COA, o Presidente solicita o relato da CPFi.....
528 **2.4 Relatos da Comissão de Planejamento e Finanças – CPFi.....**



529 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, passa a palavra para o Conselheiro Suplente
530 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES que, com a ata (ANEXO XVI) exposta, relata os
531 assuntos da Comissão de Planejamento e Finanças, sendo que o primeiro assunto da pauta
532 refere-se a aprovação da ata anterior a qual não houve alteração, tendo sido aprovada por
533 unanimidade pelos membros da Comissão. O segundo assunto, trata-se da racionalização de
534 despesas para realização de eventos no interior do estado; o Conselheiro acredita que o
535 assunto já foi esgotado pelas considerações e aprovações da Comissão de Organização e
536 Administração; desta forma parte para o seguinte relato que trata sobre a evolução das
537 receitas de 2014 e 2015, onde são apresentadas as planilhas da evolução das receitas, com
538 ou sem rentabilidade das aplicações financeiras, conforme demonstrado na ata. O Conselheiro
539 explica que é necessário esta diferenciação, pois a rentabilidade causa um mascaramento
540 dos valores, e até o momento do pagamento da compra da sede, que de foi R\$ 4.500.000,00
541 (quatro milhões e quinhentos mil reais), tínhamos um rendimento mensal com aplicações,
542 próximo a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo que no mês anterior, esta receita foi
543 de aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), provocando uma diferença, pois o
544 efetivo arrecadado é de aproximadamente R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais),
545 esta é a razão pela qual CPFi utiliza de duas tabelas, sendo uma de arrecadação e outra de
546 arrecadação mais os rendimentos da aplicação, que fornece a receita total do mês. Com isso
547 observa-se que continua se repetindo os índices negativos em relação aos anos anteriores,
548 embora o número de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT's) pagas outubro foi
549 próximo ao de setembro a arrecadação continua em queda quando comparado com os
550 exercícios de 2013 e 2014. Foi apresentado para a CPFi, uma tabela atualizada até o dia 19 do
551 mês de novembro do corrente ano, que apresentou como resultado um decréscimo de 10,4%
552 (dez inteiro e quatro décimos por cento) se comparado com ano de 2014. Esse índice indica
553 que, o que foi arrecadado não está cobrindo o valor da inflação para o período, mesmo que
554 se adicione o valor dos rendimentos das aplicações. Dando sequência, o Conselheiro
555 apresenta o gráfico referente a arrecadação de RRTs mês a mês do CAU/PR, e explica que nas
556 suas linhas inferiores apresentam o número absoluto de Registros de Responsabilidades
557 emitidos nos meses, notando-se que houve uma queda no número de RRTs se comparado
558 aos números de outubro de 2014 com os do mesmo mês de 2015, número esse que quase se
559 iguala com as emissões ocorridas no mês de setembro do corrente ano, sendo abaixo do
560 esperado para o período, causando preocupação para a Administração, pois não se atingiu
561 nem mesmo as emissões de dois anos atrás, ou seja 2013. O Conselheiro suplente MILTON
562 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, continua seu relato, analisando os gráficos das
563 "movimentações financeiras CAU/PR", incluindo entrada e saídas, sendo importante
564 observar que neste mês foi realizado o pagamento da compra da nova sede e este evento
565 não foi considerado no gráfico, fato que causaria distorção na apresentação devido um único
566 valor muito alto e os demais ficariam impossíveis para a visualização, alertando que foi
567 realizado o pagamento e que o valor da sede não está sendo considerado apenas para fins de
568 comparação e lembra que isso ocorreu no presente mês. Ao se analisar os gráficos, o
569 Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES intervém comentando que está ocorrendo um
570 aumento nas despesas e uma queda na arrecadação. Retomando a palavra o Conselheiro
571 Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, informa sobre o quadro de "Evolução da
572 Despesa CAU/PR", onde é apresentado na coluna azul o valor da despesa realizada no mês, a



573 vermelha é o total que se acumula desde janeiro e a verde é uma previsão orçamentária para
574 o ano da receita; assim sendo, há um indício de queda nas receitas e um possível aumento de
575 despesas para o final do ano devido às verbas trabalhistas como o décimo terceiro entre
576 outras. Analisando esse gráfico, tem-se a despesa que foi realizada no mês, a segunda coluna
577 vê-se o acumulado de despesas, de janeiro ao mês atual, a coluna verde é o total da
578 arrecadação prevista, trata-se de orçamento, que não foi totalmente realizado neste período,
579 o Conselheiro parabeniza a gestão do CAU/PR, por um trabalho que foi feito sempre muito
580 sério, sendo um dos poucos do país a ter poupado recursos, portanto, pode-se entender que
581 o CAU/PR gastou até o momento metade do previsto no total orçado, então o CAU/PR tem
582 uma folga de caixa para terminar o ano, tocando todos os projetos, mas porque a gestão
583 sempre trabalhou com um pé atrás e de uma forma sempre compromissada com o
584 orçamento, um panorama raríssimos entre os CAUs/UF no país mesmo aqueles considerados
585 superavitários não conseguem atingir este patamar, principalmente porque, na maioria
586 deles, há um grande comprometimento com folha de pagamento, coisa que o CAU/PR tem
587 investido muito mais em plataformas online, atendimento nas Regionais e através da
588 demanda, e não necessariamente contratando funcionários. Então o CAU/PR ainda apresenta
589 um cenário muito positivo, mas muito mais por uma eficiência de gestão do que por uma
590 diretriz do CAU/BR, pois se tivesse respeitado “ao pé da letra” a diretriz do Federal estaria
591 exatamente ao contrário, já teria gasto mais do que arrecada; o Conselheiro pergunta se
592 existe alguma dúvida neste ponto da pauta sobre a evolução das receitas comparativas, e
593 que para ele é muito claro esse quadro de confirmação de crise, seja pelo número de RRT
594 emitidas, seja pelos outros custos que estão se elevando sem ter o reflexo na arrecadação; e
595 lembra os conselheiros que o Gerente Geral do CAU/PR, o Sr. NILTO ROBERTO CERIOLI esta
596 providenciando para próxima plenária o planejamento para 2016, ficando no aguardo de
597 algumas normativas do CAU/BR; porém o Conselheiro relator adianta que a CPFi pretende
598 adotar para o próximo ano como valor do orçamento real, o mesmo valor arrecadado em
599 2015, mesmo com os reajustes no valor dos RRT’s, e reajuste de anuidade e os novos
600 egressos no sistema, trabalhando com um cenário pessimista, sendo o teto para gastos o
601 mesmo valor arrecadado no ano de 2015, e complementa que o CAU/PR terá outras
602 despesas extras, como a reforma da sede nova do CAU/PR; porém existe recurso para arcar
603 com esse valores sem grandes problemas, pois trata-se de despesa de capital originadas nos
604 saldos dos anos anteriores. Nesse momento o Conselheiro Federal Titular MANOEL DE
605 OLIVEIRA FILHO, expõe sua opinião dizendo: “aproveitando essa colocação sobre essa gestão,
606 a minha dúvida é de como levar esse conhecimento para Brasília; pois existe lá uma carência
607 e teríamos que levar essa equipe da CPFi do CAU/PR para Brasília, para que o exemplo
608 comece de cima para baixo, por que lá a coisa está feia”. O Relator da Comissão, por sua vez
609 replica que talvez seja a oportunidade de fazer uma reunião nacional da CPFi em Curitiba
610 para apresentar o tema gestão eficiente. Na tréplica o Conselheiro Federal, diz: “eles já
611 ficaram entusiasmados com o Seminário, que contou com a apresentação do Gustavo, se
612 levar a diante esta proposta eles poderão ficar atônitos”. Retoma a palavra o Conselheiro
613 Relator que questiona a plenária quanto a possíveis dúvidas, alerta que o próximo assunto
614 será a aprovação das “contas de outubro de 2015”; foram analisadas as Planilhas
615 Demonstrativas do Fluxo de Caixa, Receitas e Despesas (ANEXO XVII), com o registro dos
616 pagamentos individualizados. Quadro resumo de conciliação composição de saldo de caixa



617 de outubro de 2015, quadro resumo evolutivo das receitas e despesas referentes ao exercício
618 de 2015, quadro de despesas individualizadas, os extratos de diversas contas e de aplicação.
619 O quadro resumo da evolução de caixa, demonstra as entradas e saídas, o quadro de
620 rendimentos apresenta as diversas aplicações realizadas com o Banco do Brasil e Caixa
621 Econômica, segundo o relator, o quadro anual de evolução é um pouco mais técnico, e
622 lembra que as despesas individualizadas de cada uma das Regionais, foram passadas por e-
623 mail, para ficar mais fácil a análise desse quadro separado, cada uma delas, folha de
624 pagamento, internet e tudo mais. O comportamento das receitas, conforme o documento de
625 circulação interna, apresentado pelo Gerente Geral, Sr. NILTO ROBERTO CERIOLI, as receitas
626 voltam a se estabilizar em relação ao mês anterior, embora permaneçam com índices
627 negativos em relação ao mesmo mês de 2014. Quanto às despesas, mesmo exetando-se o
628 valor representado pela quitação da compra de nova sede, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões
629 e quinhentos mil reais), o seu montante de R\$ 637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil)
630 situa-se além da média, em virtude dos desembolsos oriundos do adiantamento de 50%
631 (cinquenta por cento) do décimo terceiro, reunião das Câmaras Técnicas e IV FÓRUM de
632 Coordenadores do curso de arquitetura; essas foram as despesas fora da curva padrão, e que
633 acabaram incidindo em valores maiores, para informação dos Conselheiros. O Conselheiro
634 relator comenta que foi feito metade do pagamento do décimo terceiro em outubro e em
635 dezembro será feita a quitação do saldo, esperando-se que em dezembro apareça
636 novamente valores um pouco acima do normal, na parte de salários. A CPFi, recebeu
637 acompanhamento e esclarecimento com base em documentos do Gerente Geral e, com base
638 nos documentos apresentados, foram observadas as seguintes informações sobre
639 pagamentos do demonstrativo do fluxo de caixa; houve uma solicitação por parte de
640 membros da Comissão, em diversos documentos, a respeito do que seriam alguns
641 ressarcimentos, algumas manutenções e alguns gastos específicos que foram encontrados no
642 mês, complementando as informações, esclarecimentos prestados pelos responsáveis que os
643 assinam, essa Comissão opina favoravelmente a “aprovação do relatório financeiro do mês”.
644 Para esclarecer, o relator informa que todos esses questionamentos levantados pela
645 Comissão estão em perfeito acordo após os esclarecidos sobre o que e cada um dos produtos
646 licitados, comprados ou pagos. Neste momento a mesa por meio do Sr. Presidente JEFERSON
647 DANTAS NAVOLAR, coloca em votação os relatórios financeiros do mês de outubro;
648 acompanhando o voto da CPFi, foi aprovado por unanimidade. Retoma a palavra o Relator da
649 Comissão comunica que em atendimento a lei da transparência, foi criado juntamente com o
650 Gerente Geral NILTO ROBERTO CERIOLI, uma aba no site CAU/PR, contendo informações de
651 documentos dentro do padrão solicitado pelo TCU, e que vem sendo atualizado, estando
652 disponível para a consulta, como exemplo, o relatório enviado ao TCU referente a 2014;
653 sendo essa transparência uma exigência do Tribunal de Contas, por se tratar o CAU de uma
654 Autarquia Federal, toda essa parte financeira deve ser publicada, seja de áreas dos
655 Conselheiros, sejam todos os pagamentos, pois já existe um esforço por parte da gestão do
656 CAU/PR, de transformar isso de forma mais acessível e atualizada mais rapidamente com
657 todos os documentos, sendo que alguns deles já estão disponíveis e outros sendo inseridos
658 para que fique acessível a todos. Seguindo, o relator da Comissão traz para aprovação prévia,
659 o orçamento para reforma da nova sede CAU/PR na região Cascavel. Foi apresentada uma
660 planilha (ANEXO XVIII) contendo os custos estimados para a adaptação da nova sala do



661 Escritório Regional de Cascavel, as dúvidas foram esclarecidas pelo ALEX MONTEIRO,
662 Supervisor de Compras do CAU/PR; e complementa; “Acredite que este assunto merece
663 talvez um debate maior, o Presidente já havia relatado e acredito que o Conselheiro Titular
664 NESTOR DALMINA pode expor sua opinião, por ser da Cascavel”. A Comissão de Finanças
665 recebeu um pré-orçamento de aproximadamente R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
666 para a adaptação do imóvel, mais R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o ar condicionado e mais
667 R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para equipamentos, dando um total aproximado de R\$ 71.000,00
668 (setenta e um mil reais). Nesse momento o relator solicita que o Presidente proceda com os
669 comentários sobre o assunto em Pauta. O Presidente inicia sua fala lembrando aos colegas,
670 sobre a procura de um espaço maior para Cascavel que foi o primeiro Escritório Regional a
671 ser instalado no Paraná e no Brasil, e a cada novo escritório, se melhorou muito a qualidade
672 dos espaços, ficando este primeiro e pioneiro o menor e, absolutamente, desproporcional à
673 importância que a Regional tem em relação à atuação dos Escritórios. Fomos questionados
674 em plenária, pelo Conselheiro NESTOR DALMINA, que convenceu a todos sobre a
675 necessidade da melhoria. O mesmo nos assessorou e ajudou localizou um imóvel maior à
676 disposição e nas mesmas condições dos demais ER, comparado aos escritórios de Maringá e
677 de Londrina, tendo o mesmo formato e até o do layout de utilização, resultando em uma
678 planilha de divisórias, mobiliário, da acessibilidade, uma pequena copa. O orçamento está
679 pronto para a abertura de licitação; aproveitando a oportunidade, o Conselheiro Titular
680 NESTOR DALMINA, informa que o gasto que será realizado não é para reforma, mas para
681 adequação do espaço, incluindo fiscalização, com copa, auditório pequeno, trata-se,
682 portanto, de uma adequação do espaço e não de reforma. O Presidente continua
683 descrevendo o imóvel: “o imóvel é composto por dois pisos, no térreo contará com um
684 atendimento com uma sala de espera, uma sala de reuniões com uma mesa de seis lugares,
685 para a qual poderá ser dados diversos usos, a sala dos fiscais com duas mesas, o banheiro está
686 bem a direita, no canto inferior e hoje não prevê nenhuma possibilidade de atendimento à
687 legislação de acessibilidade, isso têm custos e nós estamos então com o layout que já
688 contempla a ampliação do banheiro, dentro das normas, e em frente embaixo da escada um
689 pequeno depósito, a escada já existe, é uma escada metálica, bem avantajada. Vamos então
690 ao piso superior, existem três vigas bem dimensionadas no ambiente, então no primeiro
691 trecho faríamos uma copa cozinha onde seria instalado um kit fogão e balcão, etc., e na
692 sequência sala de reuniões, que está com 30 cadeiras. É esta a proposta. O valor que foi
693 trazido para a plenária é um valor para montagem do edital, esse dado agora, com aprovação
694 da Comissão e o Referendo da Plenária, vai compor uma licitação, Tomada de Preço, temos
695 que obter autorização da plenária, temos os dados todos para poder abrir a tomada de
696 preços”. O Conselheiro Federal MANOEL DE OLIVEIRA FILHO solicita a palavra e relata:
697 “gostaria de comunicar a vocês que na última reunião nossa da Comissão de Finanças
698 Nacional, tivemos problemas com dois Estados, foram eles do Espírito Santo e de Santa
699 Catarina, na aprovação das contas, um dos motivos, foi que esses dois estados estavam se
700 utilizando de verbas de capital para aplicar em imóvel alugado, isto não é possível devido a
701 legislação, pois o investimento somente pode ser utilizado do orçamento de capital que é
702 destinado para compra de imóveis, reforma de imóveis próprios, compra de móveis,
703 aquisições de equipamentos e aparelhos, no caso em questão deverá ser utilizado o
704 orçamento corrente, pois trata-se de investimento em imóvel alugado. Dou um alerta para



705 que se evite o que ocorreu na aprovação das contas dos estados anteriormente citados”. O
706 Presidente comenta que considera registrada a preocupação do Conselheiro Federal. O
707 Presidente deixa a palavra em aberto para a plenária, como não ocorreu manifestação, é
708 colocado em votação esse item da plenária, lembrando que o valor apresentado é estimado,
709 e será necessário que ocorra a licitação na forma de Tomada de Preço, e o valor final será
710 trazido novamente à plenária; perguntando se pode ser colocada em votação a autorização
711 dessa plenária para abertura dessa tomada de preço de valor aproximado total de
712 R\$77.000,00 (setenta e sete mil reais), de equipamentos, mobiliário e adaptação do imóvel.
713 Em votação, sem manifestações contrárias, foi aprovado o valor aproximado para elaboração
714 de licitação. Para finalizar, o relator da Comissão lembra: “nós teremos a nossa próxima
715 plenária dia 14 de dezembro, mas é bem provável que a Comissão de Planejamento e
716 Finanças tenha a necessidade de marcar outra reunião de caráter extraordinário”,
717 encerrando assim seu relato.

718 **2.5 Relato da Comissão Exercício Profissional - CEP.**.....

719 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, anuncia o relato da última Comissão que será a
720 de Exercício Profissional, solicitando a ata da comissão (ANEXO XIX). Neste instante o
721 colaborador Paulo Roberto Sigwalt informa ao Presidente que quanto ao relato da Comissão
722 de Exercício Profissional, o primeiro ponto que seria relatado pelo Conselheiro Titular
723 RONALDO DUSCHENES, já foi realizada quando o mesmo fez sua fala na CED, portanto, não
724 há o que ser discutido. O segundo item trata-se de um pedido de parceria quanto a abertura
725 do Congresso da EBRAMEM (ANEXO XX) e solicita que seja divulgado no site do CAU/PR, por
726 se tratar de um evento que está pretendendo utilizar o projeto como fonte de divulgação e a
727 realização de um concurso público de ideias para incentivar o uso da madeira pelos
728 arquitetos. O Presidente ressalta a importância do evento e por ser o primeiro dessa
729 envergadura a ser realizado no Paraná; então menciona que a mesa encaminha
730 favoravelmente à divulgação, sugerindo que sejam criados *links*, e que segundo os
731 responsáveis tem uma comissão científica com produção de material que será
732 disponibilizado, cujos conteúdos e à medida que forem sendo colocados à disposição para o
733 CAU/PR. O Presidente solicita a intervenção dos Conselheiros; não havendo manifestações
734 contrárias, considera-se que a plenária é favorável a iniciativa da divulgação do XV-
735 EBRAMEM, tendo a possibilidade de um concurso público de ideias sobre a utilização da
736 madeira, por parte dos arquitetos, também foi cogitado a possibilidade de participação do
737 IAB/PR. Encerrada a pauta da CEP.

738 **3 Palavra do Conselheiro Federal.**.....

739 Seguindo a pauta o Presidente convida o Conselheiro Titular Federal MANOEL DE OLIVEIRA
740 FILHO, o qual relata que foi aprovado na semana passada, a Resolução que autoriza a compra
741 da nova sede em Brasília, informando que no início havia sido acertado que o CAU/BR
742 compraria um terreno e faria um concurso para a construção da nova sede; porém o tempo
743 foi passando e nada era realizado, surgindo então a informação da compra da sede num
744 prédio comercial, no entanto nada oficial. O Conselheiro Federal lembra que na sexta-feira
745 passada os Conselheiros Federais foram convocados para participar de uma reunião que
746 abordaria o assunto da aquisição, mas para surpresa de todos, a Resolução já estava redigida
747 e entrou em extra pauta no mesmo dia. A Comissão de Planejamento e Finanças Nacional, foi
748 convocada, sendo ouvida a explanação do Coordenador da CPFi do CAU/BR, assim como os



749 demais membros dessa comissão, expondo que não concordavam com a maneira como
750 estava sendo conduzida a compra da sede; principalmente quanto ao valor do metro
751 quadrado num valor aproximado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo que alguns dias
752 antes o Jornal “O Globo”, havia noticiado que o metro quadrado mais caro no Brasil se
753 encontrava no Rio de Janeiro na faixa de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) e em São
754 Paulo seria de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e o que estava sendo apresentado era
755 aproximadamente 60% (sessenta por cento) maior que o maior valor médio do metro
756 quadrado mais caro do país. Foram apresentadas cinco opções de imóveis do mais barato
757 para o mais caro, sendo a opção pretendida a mais caro. Outro fato importante foi que a
758 reunião das Comissões se deu às dez horas e o envio para a plenária se deu às onze horas,
759 pois o Presidente do CAU/BR achava que não devia deixar que o assunto viesse a ser
760 discutido no período da tarde. Já na plenária a justificativa era que havia a possibilidade de “o
761 governo lançar mão do dinheiro da verba de capital dos conselhos, e que esse risco era muito
762 grande, devido a situação de crise em que se acha mergulhado o país; e por este motivo é que
763 se estava usando desse expediente”. O Conselheiro questionou que isto não iria ocorrer da
764 noite para o dia, e usou como exemplo o modelo desenvolvido para a compra da sede do
765 Paraná, mencionando o valor que saiu o metro quadrado. Somente na plenária é que se ficou
766 sabendo do valor desse processo, e que havia uma portaria que designara uma Comissão
767 para a qual não foi dada transparência necessária. Indagado o Presidente do CAU/BR, falou
768 da transparência e disse que tinha sido observado, porém o Conselheiro Federal do estado
769 do Paraná, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO se ateve ao fato da imposição do imóvel sem ser
770 dado tempo para análise e os demais não tiveram ciência da compra e do seu valor. O
771 Conselheiro Federal confirma que a compra já está firmada e existe um gasto previsto de R\$
772 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para compra de mobiliário. O argumento
773 utilizado pelo Presidente do CAU/BR, é que os terrenos na região são caríssimos e que o
774 dinheiro não seria suficiente para o terreno sequer; o contra-argumento é que o terreno não
775 precisaria estar situado no “eixão”, poderia ser mais afastado, o que com certeza suavizaria o
776 preço; deixando sem resposta a seguinte questão: “se o medo era de perder para o governo
777 porque a negociação está sendo realizada com parcelamento?” Se posicionaram contra a
778 negociação os(as) Conselheiros(as) MANOEL do Paraná, a CÁSSIA do Mato Grosso, o CELSO,
779 de Mato Grosso do Sul e a Suplente de Pernambuco, os demais votaram a favor. Em conversa
780 com os Conselheiros verificou-se que eles acreditavam ter votado na possibilidade de gastar
781 o valor para compra de um imóvel e não que já estivesse sendo fechado aquele que tinha
782 sido apresentado. Foi informado em conversa fora do recinto da plenária que a Construtora
783 tinha relocado alguns compradores para que ficassem livres o décimo quarto e décimo
784 quinto andar do edifício para o CAU/BR. O Conselheiro Federal expõe sua indignação: “Se este
785 negócio vier a se concretizar, não haverá mais espaço para sonhos de uma nova sede, pois o
786 valor investido é muito grande. Foi alugado uma van para levar o pessoal para visitar o local,
787 os que votaram contra não participaram, e na volta os comentários eram que o local é
788 pequeno e que devido a existência de pilares que irão complicar a implantação de um salão
789 para plenária”. Finalizando, o Conselheiro afirma que a maneira como foi feita às pressas,
790 causou indignação, para os envolvidos sorrisos e confraternizações, e para os não presentes
791 pedidos de explicações para o que havia ocorrido. O Conselheiro Titular Federal MANOEL DE
792 OLIVEIRA FILHO, agradece a oportunidade e encerra seu relato. O Presidente do CAU/PR, faz



793 o seguinte comentário: “Conselheiro, apesar de não ser de nossa gestão, mas considerando o
794 seu relato, são duas as preocupações: a compra de um imóvel por, R\$16.000.000,00
795 (dezesesse milhões) como extra pauta é uma coisa que não precisa nem ser comentada, e o
796 segundo, que me deixa assim mais abismado ainda, quanto foi a votação? 22 (vinte e dois) a
797 favor e 4 (quatro) contra”. O Conselheiro Federal faz o seguinte comentário: “digo o seguinte,
798 nós criticamos e explicamos os procedimentos que foram adotados no Paraná, perguntamos
799 se algum deles tinha conhecimento desse processo de compra e nenhum tinha. Achamos que
800 com o alerta lançado às pessoas pensariam e trocariam de opinião principalmente aqueles
801 que fazem parte de nosso relacionamento pessoal. Porém nada foi alterado e a votação
802 seguiu igual”. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, manifesta
803 sua indignação com o fato, pois a experiência de ter participado da Comissão da Sede do
804 Paraná e também fazer parte da de Planejamento e Finanças, e ainda ter que num momento
805 de crise política e econômica ter que convencer colegas de profissão a abrir mão da reserva
806 técnica em nome da ética, mesmo estando eles recebendo baixos salários e ver que o Órgão
807 maior da Arquitetura age de forma tão irresponsável patrocinando uma negociação
808 milionária sem os cuidados de transparência e correção. O Conselheiro Federal argumenta
809 com o Conselheiro Suplente elucidando que o CAU/BR está carente da compra de
810 equipamentos para dar uma melhor qualidade de retorno para os profissionais, assim como
811 melhorar o rendimento dos funcionários, uma vez que o planejamento, ainda é feito através
812 de tabelas de Excel, foi comentado por um funcionário a dificuldade de se fazer uso de
813 trabalhos dessa forma. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES
814 permanece indignado, e explica os cuidados que foram despendidos pela Comissão da Sede
815 do PR, um processo que foi feito um levantamento com Comissão de Valores Imobiliários,
816 que é um órgão isento, fez avaliação do imóvel, comparando com a avaliação de 30 (trinta)
817 imóveis próximos para definir o valor do metro quadrado, sem considerar que foram
818 avaliadas diversas outras questões, assim como foi apresentado em publicação a intenção de
819 conseguir outras opções dados as necessidades que a obra deveria conter, e complementa:
820 “verifica-se que nada disso foi observado e que o preço é aquele mais conveniente”. O
821 Conselheiro Federal relata que: “teve uma conversa com o Coordenador da CPFi Nacional,
822 que é o Primeiro Vice-Presidente, e informou que não está só sendo questionando o preço,
823 mas também o processo; por sua vez, o Coordenador da CPFi Nacional, contra argumentou
824 que tinha comentado com os gestores a respeito, mas infelizmente não dá para levar muito
825 em conta” O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES retoma
826 novamente a palavra: “todo mês temos relato de CAU/UF, que não estão conseguindo pagar
827 contas, temos problemas, estamos fazendo depósito judicial, questionamento a respeito da
828 parte de contribuição do CAU mínimo, aí o CAU/BR vai lá e gasta R\$16.000.000,00 (dezesesse
829 milhões) para comprar dois andares de um prédio comercial, para mim isso é uma falta de
830 respeito com todos os Arquitetos. Talvez, quando se começou a discussão a respeito de se ter
831 um conselho próprio já se falava em fazer um concurso, para uma sede, que a sociedade
832 possa ver o que é um trabalho de um arquiteto, como isso pode ser levado, pode justificar
833 toda arquitetura no país” O Presidente passa a palavra ao Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ
834 TABORDA DUDEQUE, que diz: “quando nós estávamos discutindo a compra da sede, eu falei
835 uma frase que eu disse, "eu podia ser até mal interpretado". Falamos sobre margens de erro,
836 que jamais conseguiremos acertar um valor que seja exato, já que a ideia de valor é algo



837 bastante móvel e depende do mercado, então se custar R\$ 150.000,00 mil (cento e cinquenta
838 mil reais) a mais ou a menos, não teremos como mensurar isso. Agora, chega uma notícia
839 como essa, eu fico pensando assim naquela frase que parecia chocante há 4 meses atrás, até
840 eu fiquei espantado, talvez, com a frase, talvez tenha sido uma frase infeliz e agora eu vejo
841 que estou completamente perdoado, porque extra pauta é de doer”. O Conselheiro Titular
842 NESTOR DALMINA solicita a palavra: “Eu só gostaria de entender uma coisa, quando a gente
843 comprou a sede aqui em Curitiba, antes de oficializar o negócio, teve que ser feito um edital
844 de chamada pública, tornando público que o CAU/PR tinha interesse em comprar um imóvel
845 com aquelas características, dando um prazo "x" para alguém apresentar uma proposta
846 dizendo que tinha um imóvel para nos oferecer em um preço "x", esse foi o procedimento do
847 CAU/PR, eu acredito que o CAU/BR tenha que realizar o mesmo procedimento, eu acho que
848 ele não pode comprar um imóvel nesse valor, numa reunião extra pauta, sem fazer todos os
849 encaminhamentos, senão daqui uns dias a gente vai ver na mídia que o Presidente do
850 CAU/BR foi destituído do cargo, essa é a minha maneira de ver, eu acho que cabe ao
851 Conselho e a seus Conselheiros, informar eles estão correndo risco de aprovar uma compra
852 dessa de improbidade eu vou nem questionar o imóvel, eu não sei se é novo, afinal não se
853 conhece o imóvel, pode até ser que o preço de mercado seja o que foi apresentado, porém, é
854 necessário que seja dado publicidade e a opção de que qualquer cidadão corretor de imóveis
855 de Brasília possa participar dessa venda para o Conselho Federal. Acredito que o CAU/BR
856 deveria se preservar mais e olhar para a transparência que é necessário para os
857 administradores públicos. Aqui por um motivo alheio ao CAU/PR a Presidência está pensando
858 em se antecipar a ações do TCU e criar auditorias mais frequentes para garantir um resultado
859 legal. Acredito que dá para reverter isso, se existe algum problema ele tem que fazer isso. O
860 Conselheiro Federal responde às indagações do Conselheiro NESTOR DALMINA: “Existe o
861 problema com relação que está tudo direcionado para compra desse imóvel, isso segundo o
862 pessoal que acabou votando. Outra informação passada pelo Conselheiro Federal de
863 Roraima, o LUÍS AFONSO, disse que ele tem um contato com um órgão que tem acesso aos
864 imóveis disponíveis no Brasil inteiro, então a sugestão é que ele leve para a próxima plenária
865 a relação desses imóveis disponíveis em Brasília, pois a alegação, da Comissão da Compra da
866 Sede, é não existe imóvel disponível em Brasília está difícil, isto direciona para a compra.
867 Agora, se a gente vai conseguir reverter, eu acho que vai ser o caso de pedir para ele trazer o
868 edital público da compra do imóvel”. O Conselheiro NESTOR DALMINA complementa: “que se
869 há procura, não existe oferta, obviamente, o imóvel vai valer mais, isso é uma coisa óbvia,
870 agora, a partir do instante que tem um edital publicado nos órgãos de Brasília, dizendo que o
871 CAU/BR está comprando um imóvel em torno de mil metros quadrados, comercial, deve
872 aparecer outras ofertas em Brasília, é impossível não ter”. Conselheiro Federal concorda com
873 a exposição dizendo: “Eu acho que o processo certo é esse”. O Presidente do CAU/PR
874 intervém: “Se o Conselheiro Federal do CAU/PR que integra a Comissão de Finanças não
875 sabia de nada quem sabia, então? E se isso vai para plenária como extra pauta com a
876 ocorrência da votação de 22 a 4 o que se poderá fazer ?” e complementa dizendo que: “O
877 relato do Conselheiro Federal é preocupante, ele faz parte da Comissão de Finanças, se
878 expõe na defesa do Conselho, está provado que se expõe, tenho que deixar aqui registrado a
879 sua coragem, o seu compromisso que tem sido desde o início, eu tenho insistido para você e
880 vou dizer aqui perante os colegas, não vamos comprar briga que não é nossa, estamos



881 tentando fazer a coisa da melhor maneira possível e, às vezes, não dá para ser assim, vamos
882 defender a nossa pauta, fazer o nosso bloco porque, se não, a gente fica se desgastando, não
883 têm respostas para as situações, e aí essa votação é, mais uma vez, uma prova disso tudo”.
884 Finalizando, o Presidente agradece a o relato do Conselheiro Federal, e as manifestações dos
885 demais conselheiros.....

886 **4 Extra Pauta.....**

887 O Presidente aproveita a presença dos agentes de Câmara Técnica, a Arquiteta e Urbanista
888 STEPHANIE RIBEIRO AZEVEDO e o Arquiteto Urbanista CELSO SAITO, e solicita de forma breve
889 um relato, para expor à plenária um pouco do que esses Agentes estão vivenciando, pois
890 vários dos Conselheiros são de primeiro mandato, e explica: “temos dois braços nesse
891 sentido, talvez os novos braços mais corretos e abrangentes que nós poderíamos abrir, um
892 deles é o FÓRUM de Coordenadores de Curso, temos se reunidos com quórum altíssimo e
893 esses Coordenadores nos tem trazido informações sobre as suas instituições de ensino, nos
894 ajudam a planejar, nos ajudam a prever, nos ajudam a entender como funcionam as
895 instituições de ensino no Paraná. O outro braço, que essa plenária nos ajudou a construir, são
896 os representantes de uma política de participação, votaram, foram votados, não são pessoas
897 físicas, vieram por indicação de instituições, ou de ensino, ou de Poder Público ou sociedade
898 organizada, e tem papel em última leitura de fazer até o controle social do Conselho e que
899 possam ser os interlocutores da sociedade que nós, como Conselheiros, não atingimos. Por
900 outro lado, nos propusemos a nominar essas Câmaras Técnicas com as sete atribuições mais
901 importantes, que temos previstas em lei, temos consultores, temos textos, apostilas, temos
902 um jornalista contratado, que nos ajuda a construir os textos, temos uma página, ou melhor,
903 temos um aba no site do CAU/PR, onde todo este conteúdo estará disponível, a perspectiva é
904 que nós possamos fazer chegar a esses Agentes informações mais precisas com melhor
905 qualidade para que nos impenderemos como práticos da arquitetura e do urbanismo junto à
906 sociedade, não na realidade atual, mas em uma realidade imaginada. Então, rapidamente, eu
907 quero dar a palavra ao Celso e também a Stefanie sobre essa nossa iniciativa, que isso seja
908 encarado aqui, Conselheiros, não só como um depoimento, mas como uma perspectiva aí de
909 correção de rota, de aproximação e construção dessas Câmaras agora, ouvindo os dois
910 representantes aqui, presentes, a quem eu agradeço a presença. Queria agradecer também a
911 MIKA NAGUSHI Arquiteta de Maringá, também presentes, ela também é Agente e não pode
912 ficar até o fim e, lembrando, por fim, que o próximo encontro de Câmara Técnica está
913 previsto para acontecer aqui em Maringá para que possamos nos apropriar da experiência de
914 gestão que essa cidade tem desenvolvido”. O Presidente convida o Agente de Câmara
915 Técnica, o arquiteto e urbanista CELSO SAITO que agradece o convive e declara que achou
916 interessante essa transparência que está se dando, mostrando um compromisso, uma
917 seriedade, e complementa: “eu particularmente não conhecia a rotina de trabalho, é uma
918 pauta, pelo que eu vi ali, detalhista, e sujeita a vários debates, então eu fico honrado e posso
919 dizer que, com certeza, isso vai reverberar a para os outros colegas porque, até então,
920 quando o que chega de informação, vem via os nossos representantes que são o ANÍBAL e o
921 MANOEL, e o que eu acho é, até pegando carona no relatório do colega de finanças,
922 enaltecendo o papel de vocês, porque um ano de crise, com RRT’s diminuindo significa que
923 haverá menos trabalho para todos, todos devem ter sentido isso, e daí faz com que você
924 diminua custo e que você faça mais coisas e, ao mesmo tempo, vocês estão aqui, então acho



925 que se existiu a disposição e disponibilidade de estar participando dessas reuniões, existe um
926 compromisso e, às vezes, em detrimento até de interesses pessoais e profissionais, com
927 certeza, alguém deve estar fazendo falta em algum lugar. Então parabéns, eu achei bastante
928 inteligente e bastante, como eu diria, transparente, a iniciativa de vocês eu gostei,
929 parabéns”. O Presidente agradece o relato e passa a palavra a Agente STEFÂNIE AZEVEDO
930 que em seu relato, cita a gestão do CAU/PR como modelo exemplar e parabeniza a todos os
931 Conselheiros por terem pulso para seguir em frente, informa rapidamente que existe um
932 cenário de 94 Agentes de CT no Paraná, e que os mesmos se colocam à disposição para
933 trabalhar junto com o Conselho, de maneira a qualificar a interação com a sociedade e
934 ramificar de uma forma ideal, chegando na ponta da sociedade, pesquisar mais o que as
935 universidades estão propondo; e finaliza: “no nosso último encontro, conseguimos pegar as
936 rédeas do que interessava, que é fazer o exercício de arquitetura se firmar na sociedade e
937 com qualidade. Então temos algumas ideias de trabalhar em plataforma com relação à
938 sociedade, usar a tecnologia para atingir objetivos mais certos. E propôs uma relação mais
939 estreita entre os Conselheiros e os Agentes. Findo o relato o Presidente solicita ao
940 Conselheiro ANIBAL VERRI JÚNIOR que faça suas considerações que relata: “para aproveitar
941 aqui em nome da MIKA, Agente da Câmara Técnica da área de planejamento, que não pode
942 ficar, que ela participou também da reunião de Curitiba e o que ela tem me passado, e feito
943 um contato dentro do Estado para discutir a questão das Regiões Metropolitanas e aqui em
944 Maringá começou uma conversa com o senhor João Coordenador (cargo do governo do
945 Estado) da região metropolitana de Maringá, eles começaram uma conversa e, infelizmente,
946 nós não fomos chamados diretamente cabe a nós cavarmos esses espaços porque essas
947 coisas vão acontecendo e se a gente não estiver perto, não é chamado, você não é visto e
948 não é lembrado, essa é a expressão, mas a MIKA acabou encontrando com SÉRGIO BARROS
949 que é o Secretário de Planejamento, e ele disse que quem está encarregado agora de cuidar
950 da questões metropolitanas a nível de estado é o GUATAÇARA, arquiteto aqui da cidade,
951 professor da UEL, que está afastado já a algum tempo e então eu acho que cabe ao CAU/PR
952 fazer uma aproximação com ele e estreitar esse espaço. Quem esteve recentemente aqui na
953 cidade foi o ex-presidente do CREA Engenheiro Agrônomo Alvaro Cabrini, e é ele quem está
954 puxando as conversas sobre as regiões metropolitanas em nome da SEDU. Então eu acho que
955 nós temos que estar próximo MIKA já está fazendo esse papel, já se aproximou e tal, mas
956 precisa fortalecer esse vínculo aí formalmente”. O Presidente pede as considerações do
957 Conselheiro Titular CARLOS HARDT, que prossegue: “Muito rapidamente, efetivamente, eu
958 não conheço profundamente esse profissional Guatassara, eu tive um contato com ele num
959 evento sobre o Estatuto da Metrôpole a pouco mais de duas semanas e fiquei relativamente
960 preocupado com o conceito que ele tem de planejamento urbano e regional”. Não havendo
961 mais manifestações, vencida a pauta da plenária.....

962 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**
963 **aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e três de**
964 **novembro de dois mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de nº 050 (decima primeira de**
965 **2015) do CAU/PR.....**

966 Para constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária Ad hoc deste Conselho,
967 lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e,
968 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....



969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000
1001
1002
1003
1004
1005
1006
1007

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária CAU/PR

ANEXOS

- Anexo I - Ata CED.
- Anexo II - Lista arquivamento - *Ad Referendum*.
- Anexo III - Seminário Regional da CED Região Sul.
- Anexo IV - Seminário Nacional da CED do CAU/BR.
- Anexo V - Ata CEF.
- Anexo VI - Apresentação IES
- Anexo VII - Ofício Circular CAU/BR nº5/2014 – PR.
- Anexo VIII - Deliberação nº84/2015 – CEF – CAU/BR
- Anexo IX - Formulário de Inscrição.
- Anexo X - Ata COA.
- Anexo XI - Convenio Positivo.
- Anexo XII - Convenio Estácio.
- Anexo XIII - Relatório de Atendimento.
- Anexo XIV - Calendário 2016 proposto pela COA.
- Anexo XV - Calendário 2016 aprovado pela plenária.
- Anexo XVI - Ata CPFi.
- Anexo XVII – Relatório Financeiro.
- Anexo XVIII - Planilha de Custo Estimado Sede Cascavel.
- Anexo XIX - Ata CEP.
- Anexo XX - Ofício nº004/2015 – XV-EBRAMEM.